



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 41ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**03/10/2017
TERÇA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Edison Lobão
Vice-Presidente: Senador Antonio Anastasia**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 03/10/2017.**

41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, com ênfase no panorama da segurança pública do País e nas principais dificuldades à implementação da referida Política Pública.	7

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Maioria (PMDB)			
Jader Barbalho(PMDB)(1)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	1 Roberto Requião(PMDB)(1)	PR (61) 3303-6623/6624
Edison Lobão(PMDB)(1)	MA (61) 3303-2311 a 2313	2 Romero Jucá(PMDB)(1)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Eduardo Braga(PMDB)(1)	AM (61) 3303-6230	3 Renan Calheiros(PMDB)(1)	AL (61) 3303-2261
Simone Tebet(PMDB)(1)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614	4 Garibaldi Alves Filho(PMDB)(1)	RN (61) 3303-2371 a 2377
Valdir Raupp(PMDB)(1)	RO (61) 3303-2252/2253	5 Waldemir Moka(PMDB)(1)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Marta Suplicy(PMDB)(1)	SP (61) 3303-6510	6 Rose de Freitas(PMDB)(1)	ES (61) 3303-1156 e 1158
José Maranhão(PMDB)(1)	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493	7 Hélio José(PMDB)(1)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Jorge Viana(PT)(5)	AC (61) 3303-3366 e 3303-6367	1 Humberto Costa(PT)(5)(19)	PE (61) 3303-6285 / 6286
José Pimentel(PT)(5)	CE (61) 3303-6390 /6391	2 Lindbergh Farias(PT)(5)(17)(18)	RJ (61) 3303-6427
Fátima Bezerra(PT)(5)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	3 Regina Sousa(PT)(10)(5)(12)(19)	PI (61) 3303-9049 e 9050
Gleisi Hoffmann(PT)(5)(17)	PR (61) 3303-6271	4 Paulo Rocha(PT)(5)	PA (61) 3303-3800
Paulo Paim(PT)(5)	RS (61) 3303-5227/5232	5 Ângela Portela(PDT)(5)(22)(19)(27)	RR
Acir Gurgacz(PDT)(5)(22)(27)	RO (61) 3303-3131/3132	6 VAGO(5)	
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Aécio Neves(PSDB)(3)(28)(21)(29)	MG (61) 3303-6049/6050	1 Ricardo Ferraço(PSDB)(11)(3)	ES (61) 3303-6590
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	2 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Flexa Ribeiro(PSDB)(3)(15)(23)(24)(25)(26)	PA (61) 3303-2342	3 Eduardo Amorim(PSDB)(3)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Ronaldo Caiado(DEM)(8)	GO (61) 3303-6439 e 6440	4 Davi Alcolumbre(DEM)(8)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Maria do Carmo Alves(DEM)(8)	SE (61) 3303-1306/4055	5 José Serra(PSDB)(20)(23)(24)(26)(25)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(4)	RS (61) 3303-2323	1 Ivo Cassol(PP)(4)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Benedito de Lira(PP)(4)	AL (61) 3303-6148 / 6151	2 Ana Amélia(PP)(4)(14)	RS (61) 3303 6083
Wilder Moraes(PP)(4)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099	3 Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	1 VAGO	
Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408	2 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Randolfe Rodrigues(REDE)	AP (61) 3303-6568	3 Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Armando Monteiro(PTB)(2)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Cidinho Santos(PR)(2)(16)	MT 3303-6170/3303-6167
Eduardo Lopes(PR)(2)(9)	RJ (61) 3303-5730	2 Vicentinho Alves(PR)(2)(9)	TO (61) 3303-6469 / 6467
Magno Malta(PR)(2)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Fernando Collor(PTC)(2)	AL (61) 3303-5783/5786

(1) Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

(2) Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

(3) Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

(4) Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPPO).

(5) Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).

- (6) Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
- (7) Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
- (8) Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
- (9) Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
- (10) Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
- (11) Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
- (12) Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
- (13) O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.
- (14) Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz(Of. 31/2017-BLDPRO).
- (15) Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
- (16) Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
- (17) Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
- (18) Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado(Of. 53/2017-GLBPRD).
- (19) Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
- (20) Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado(Of. 30/2017-GLDEM).
- (21) Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
- (22) Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
- (23) Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
- (24) Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
- (25) Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
- (26) Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
- (27) Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
- (28) Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
- (29) Suspensão.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3972
FAX: 3303-4315

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: ccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 3 de outubro de 2017
(terça-feira)
às 10h

PAUTA
41ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Avaliar a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, com ênfase no panorama da segurança pública do País e nas principais dificuldades à implementação da referida Política Pública.

Observações:

Audiência Pública realizada nos termos do Plano de Trabalho apresentado pelo relator do RQJ 71/2017, Senador Wilder Moraes.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQJ 71/2017](#), Senador Edison Lobão

Convidados:

Sra. JUREMA WERNECK

- Diretora-Executiva da Anistia Internacional Brasil

Sr. LUIZ EDUARDO BENTO DE MELLO SOARES

- Antropólogo, Cientista Político e Especialista em Segurança Pública

Sr. RENATO SÉRGIO DE LIMA

- Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDISON LOBÃO

Aprovado em 12 / 07 / 17

Senador(a) 
Presidente da CCJ - SF

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ selecione, para avaliação, a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública.

JUSTIFICAÇÃO

A questão da segurança pública tem afligido parcela significativa da população brasileira nos últimos anos. As estatísticas têm mostrado que a tendência de elevação da criminalidade, especialmente de crimes violentos, é preocupante, e causa prejuízos de toda ordem à sociedade.

De acordo com auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, encaminhada à Presidência desta Comissão pelo Exmo. Sr. Presidente daquela colenda Corte, Ministro Raimundo Carreiro, a qual teve por finalidade efetuar levantamento sobre a situação da segurança pública no País, com foco no papel exercido pela União (TC 025.218/2015-8, Acórdão 1943/2015-Plenário, Relator Ministro José Múcio), observaram-se vários problemas, tais como pouca participação da União em relação às obrigações no setor, fazendo incidir maior ônus sobre os estados e, sobretudo, municípios, obstáculos ao desenvolvimento de políticas de segurança pública nacionais consistentes, insuficiência de dados sobre crimes, entre vários outros aspectos que apontados que ressaltam os imensos desafios que ainda devem ser superados para a efetivação das necessidades de segurança da população brasileira.

Diante do exposto, e tendo em vista a previsão do Regimento Interno do Senado Federal em seu art. 101, II, c, sugiro a avaliação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da implementação e dos resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2017.

Senador EDISON LOBÃO

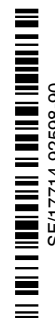


SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Avaliação de Políticas Públicas
(Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

**Avaliação da Implementação e dos Resultados alcançados
pela Política Nacional de Segurança Pública**



Presidente: Senador **EDISON LOBÃO**
Vice-Presidente: Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Relator: Senador **WILDER MORAIS**
Relator-Revisor: Senador **ROBERTO ROCHA**

1. APRESENTAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal prevê, em seu art. 96-B, incluído pela Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.

O principal objetivo da avaliação de política públicas no Senado Federal é aferir e analisar os resultados da atuação do Estado, gerando indicações para melhor orientar as ações do Poder Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu, mediante a aprovação do Requerimento nº 71, de 2017, avaliar a

implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública.

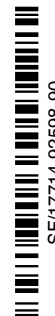
Nos termos da justificação do requerimento, “a questão da segurança pública tem afligido parcela significativa da população brasileira nos últimos anos”. De fato, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao menos 58.467 pessoas morreram no ano de 2015 de forma violenta no País, o que corresponde a uma morte violenta a cada nove minutos.

A gravidade da situação da segurança pública é realçada pelo fato de que o Brasil registrou mais vítimas de assassinatos nos últimos cinco anos do que a Guerra da Síria no mesmo período – enquanto a mencionada Guerra registrou 256.124 mortos entre março de 2011 e novembro de 2015, o Brasil registrou 279.567 mortos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015.

A presente avaliação tomará como ponto de partida os resultados de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do TC 025.218/2015, cuja finalidade foi avaliar a situação da segurança pública no País. A mencionada auditoria resultou no Acórdão nº 1943/2015-TCU-Plenário (Relator Ministro José Múcio), cujo relatório e dispositivo já foram juntados ao presente processado.

O levantamento realizado pelo TCU abordou:

- (i) o panorama orçamentário e financeiro da segurança pública;
- (ii) os indicadores de segurança pública presentes no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e no PPA 2016-2019;

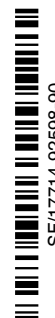


- (iii) o Sistema de Justiça Criminal;
- (iv) a Política Nacional de Segurança Pública;
- (v) temas em destaque (descriminalização das drogas, redução da maioria penal, revisão do Estatuto do Desarmamento e reestruturação do modelo de policiamento);
- (vi) os trabalhos recentes realizados pelo TCU; e
- (vii) a produção legislativa sobre segurança pública.

No que concerne ao panorama orçamentário e financeiro, o relatório aponta que a União gasta pouco em segurança pública – os gastos com essa rubrica totalizaram menos de 10% das despesas totais nessa função. Verificou-se, ainda, que a participação relativa da União nos gastos em segurança caiu 38% no período compreendido entre 2010 e 2014. Em contrapartida, os desembolsos estaduais aumentaram cerca de 28% e os municipais mais do que duplicaram no mesmo período (aumento de aproximadamente 123%).

Com relação ao Sistema de Justiça Criminal, o relatório demonstra que a miríade de órgãos que o integram, com culturas organizacionais e modos de atuação muitas vezes conflitantes entre si, dificulta a concepção de uma política integrada de segurança pública.

Quanto à Política Nacional de Segurança Pública, o relatório do TCU informa que sua efetiva implementação tem enfrentado significativos obstáculos, dentre os quais se destacam: (i) as lacunas no arranjo federativo estabelecido na Constituição Federal, que fragiliza e dificulta a atuação da



União; (ii) a falta de integração e de coordenação entre os órgãos que atuam na segurança pública; e (iii) as deficiências dos dados e das estatísticas criminais disponíveis.

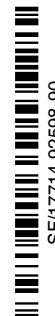
Com relação aos temas em destaque, consideramos que, além daqueles mencionados pelo TCU, outros também devem ser objeto de análise, com destaque para as seguintes questões: prisão de traficantes de pequeno porte (que correspondem a um percentual significativo do total de presidiários); concessão de maior independência à polícia técnica (responsável pela realização de perícias); e padronização da coleta e do tratamento de dados pertinentes à segurança pública.

Diante do exposto, as perguntas que a presente avaliação de políticas públicas buscará responder são:

- 1) Qual é o atual panorama da segurança pública no País?
- 2) Quais são as principais dificuldades para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e do Programa Nacional de Redução de Homicídios?
- 3) São necessárias alterações legislativas à melhoria da segurança pública no País? Quais seriam elas?

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação da Política Nacional de Segurança Pública, sugere-se que a CCJ promova as seguintes ações:



- Levantamento e análise de estudos e avaliações elaborados por entidades públicas e privadas, com destaque para o Acórdão nº 1943/2015-TCU-Plenário;
- Realização de requerimentos de informação aos órgãos competentes do Poder Executivo;
- Análise orçamentária e financeira da segurança pública no País, sob responsabilidade da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf); e
- Realização de audiências públicas;

Especificamente quanto às audiências públicas, propomos as seguintes atividades:

Atividade	Local	Convidados	Temas
1) Audiência Pública – <i>Panorama da Segurança Pública no País</i>	Brasília/DF	Órgãos públicos: - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/Ministério da Justiça) - Tribunal de Contas da União (TCU); - Conselho Nacional de Justiça (CNJ).	I – panorama da segurança pública no País; II – principais dificuldades à implementação da Política Nacional de Segurança Pública.
2) Audiência Pública – <i>Panorama da Segurança Pública no País</i>	Brasília/DF	Sociedade civil: - Sr. Renato Sérgio de Lima, Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; - Luiz Eduardo Soares, antropólogo, cientista político e especialista em segurança pública. - Anistia Internacional	I – panorama da segurança pública no País; II – principais dificuldades à implementação da Política Nacional de Segurança Pública.
3) Audiência Pública – <i>Segurança</i>	Brasília/DF	Órgãos públicos:	I – revisão do Estatuto do Desarmamento;



Atividade	Local	Convidados	Temas
<i>Pública – Temas em Destaque</i>		<ul style="list-style-type: none"> - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); - Ministério Público; - Departamento de Polícia Federal do Brasil; - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Paz Social do DF; <p>Sociedade civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sr. Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, doutor em Economia pela PUC-Rio, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); - Sr. Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo, responsável pela elaboração do Mapa da Violência; - Cel. Ibis Silva Pereira. 	<p>II – reestruturação do modelo de policiamento;</p> <p>III – descriminalização das drogas;</p> <p>IV – redução da maioridade penal.</p>
4) Audiência Pública – <i>Segurança Pública – Temas em Destaque 2</i>	Brasília/DF	<p>Órgãos Públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/Ministério da Justiça) - Departamento Penitenciário Nacional (Depen/Ministério da Justiça); - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); - Instituto Nacional de Criminalística (Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal); <p>Sociedade civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sr. Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo, responsável pela elaboração do Mapa da Violência. 	<p>I – prisão de traficantes de pequeno porte;</p> <p>II – concessão de maior independência à polícia técnica;</p> <p>III – padronização da coleta e do tratamento de dados pertinentes à segurança pública.</p>



SF/17714.92598-90

As informações coletadas serão analisadas e organizadas na forma de um relatório conclusivo, a ser apreciado no âmbito da CCJ e, posteriormente, submetido a votação na Comissão.

3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação, cujos pormenores poderão ser definidos em reunião com o gabinete do solicitante e a Secretaria da Comissão:

Etapa/atividade	Período			
	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Aprovação do Plano de Trabalho				
Análise da Execução Orçamentária				
Coleta de informações e realização de audiências sobre a política				
Apresentação e Votação do Relatório Final				

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17714.92598-90